



**INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E
ARTÍSTICO NACIONAL**
DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO MATERIAL E
FISCALIZAÇÃO
CENTRO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA
PORTARIA Nº 9, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2016

O DIRETOR SUBSTITUTO DO CENTRO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA DO DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO MATERIAL E FISCALIZAÇÃO DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN, no uso da atribuição que lhe foi conferido pela Portaria n.º 172, de 07/04/2014, e de acordo com o disposto no inciso VIII, art. 17, Anexo I, do Decreto n.º 6.844, de 07/05/2009, e com a Lei n.º 3.924, de 26/07/1961, e com a Portaria SPHAN n.º 07, de 1º/12/1988, e ainda do que consta dos processos administrativos relacionados nos anexos a esta Portaria, resolve:

I- Expedir PERMISSÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos das pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo I desta Portaria, regidos pela Portaria Iphan n.º 230/02;

II- Expedir RENOVAÇÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos das pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo II desta Portaria, regidos pela Portaria Iphan n.º 230/02;

III- Expedir AUTORIZAÇÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos e programas de pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo III desta Portaria, regidos pela Instrução Normativa 001/2015, de 25 de março de 2015;

IV- As autorizações para a execução dos projetos e programas relacionados nesta Portaria não correspondem à manifestação conclusiva do Iphan para fins de obtenção de licença ambiental, exceto as autorizações referentes ao Nível II, que correspondem à anuência do Iphan à Licença de Instalação dos empreendimentos;

V- As Superintendências Estaduais são as unidades responsáveis pela fiscalização e monitoramento das ações oriundas dos projetos e programas autorizados na presente portaria, com base nas vistorias realizadas a partir do cronograma do empreendimento.

VI- Determinar às Superintendências do IPHAN das áreas de abrangência dos projetos, o acompanhamento e a fiscalização da execução dos trabalhos, inclusive no que diz respeito à destinação e à guarda do material coletado, assim como das ações de preservação e valorização dos remanescentes.

VII- Condicionar a eficácia das presentes permissões e renovações à apresentação, por parte dos arqueólogos coordenadores, de relatórios parciais e finais, em meio físico e digital, ao término dos prazos fixados nos projetos de pesquisa anexos a esta Portaria, contendo todas as informações previstas nos artigos 11 e 12 da Portaria SPHAN n.º 07, de 1º/12/88.

VIII- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DANILO CURADO

ANEXO I

01-Processo n.º 01502.003606/2015-01
Projeto: Programa de Diagnóstico, Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial para o Parque Eólico Arapapá
Arqueólogos Coordenadores: Walter Fagundes Morales e Pedro Alzair Pereira da Costa Júnior
Apóio Institucional: Acervo - Centro de Referência em Patrimônio e Pesquisa
Área de Abrangência: Município de Pindaí, Estado da Bahia

Prazo de Validade: 06 (seis) meses
02-Processo n.º 01502.003609/2015-37
Projeto: Programa de Diagnóstico, Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial para o Parque Eólico Angical 2
Arqueólogos Coordenadores: Walter Fagundes Morales e Pedro Alzair Pereira da Costa Júnior
Apóio Institucional: Acervo - Centro de Referência em Patrimônio e Pesquisa
Área de Abrangência: Município de Pindaí, Estado da Bahia

Prazo de Validade: 06 (seis) meses
03-Processo n.º 01502.003604/2015-12
Projeto: Programa de Diagnóstico, Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial para o Parque Eólico Carcará
Arqueólogos Coordenadores: Walter Fagundes Morales e Pedro Alzair Pereira da Costa Júnior
Apóio Institucional: Acervo - Centro de Referência em Patrimônio e Pesquisa
Área de Abrangência: Município de Caetité, Estado da Bahia

Prazo de Validade: 06 (seis) meses
04-Processo n.º 01502.003601/2015-71
Projeto: Programa de Diagnóstico, Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial para o Parque Eólico Papagaio
Arqueólogos Coordenadores: Walter Fagundes Morales e Pedro Alzair Pereira da Costa Júnior

Apóio Institucional: Acervo - Centro de Referência em Patrimônio e Pesquisa
Área de Abrangência: Município de Pindaí, Estado da Bahia

Prazo de Validade: 06 (seis) meses
05-Processo n.º 01502.003607/2015-48
Projeto: Programa de Diagnóstico, Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial para o Parque Eólico Caititu 3
Arqueólogos Coordenadores: Walter Fagundes Morales e Pedro Alzair Pereira da Costa Júnior
Apóio Institucional: Acervo - Centro de Referência em Patrimônio e Pesquisa
Área de Abrangência: Município de Pindaí, Estado da Bahia

Prazo de Validade: 06 (seis) meses
06-Processo n.º 01502.003605/2015-59
Projeto: Programa de Diagnóstico, Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial para o Parque Eólico Caititu 2
Arqueólogos Coordenadores: Walter Fagundes Morales e Pedro Alzair Pereira da Costa Júnior
Apóio Institucional: Acervo - Centro de Referência em Patrimônio e Pesquisa
Área de Abrangência: Município de Pindaí, Estado da Bahia

Prazo de Validade: 06 (seis) meses
07-Processo n.º 01502.002805/2015-94.
Projeto: Projeto de Monitoramento Arqueológico Subaquático e Educação Patrimonial nas Áreas de Influência das Obras de Ampliação da Ponta Norte, e Levantamento Arqueológico da Área Impactada do Porto de Salvador
Arqueólogo Responsável: Luis Felipe Freire Dantas Santos
Apóio Institucional: Núcleo de Estudos e Pesquisas Arqueológicas - Universidade Estadual de Santa Cruz - NE-PAB/UESC
Área de Abrangência: Município de Salvador, Estado da Bahia

Prazo de validade: 05 (cinco) meses
08-Processo n.º 01512.003357/2015-27
Projeto: Pesquisas Arqueológicas na Parte Baixa e Alta da Bacia Hidrográfica Taquari-Antas
Arqueóloga Coordenadora: Neli Teresinha Galace Machado

Apóio Institucional: Museu de Ciências Naturais - Setor de Arqueologia - UNIVATES
Área de Abrangência: Municípios de Cruzeiro do Sul, Arroio do Meio, Marques de Souza, Pouso Novo, Muçum, Itapuca, Foutoura Xavier, Arvozerinha e Ilópolis, Estado do Rio Grande do Sul
Prazo de Validade: 24 (vinte e quatro) meses
09-Processo n.º 01514.004921/2014-28
Projeto: Diagnóstico Arqueológico Interventivo e Prospecção Arqueológica - Atividades Agrossilvopastoris - Florestadora Perdizes LTDA

Arqueólogo Coordenador: Paulo Eduardo de Oliveira Enéas
Apóio Institucional: Museu de Ciências Naturais - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC/MG
Área de Abrangência: Município de Perdizes, Santa Juliana e Pedrinópolis, Estado de Minas Gerais
Prazo de Validade: 06 (seis) meses
10-Processo n.º 01409.000117/2015-58
Projeto: Diagnóstico Prospectivo e Educação Patrimonial na área da Fazenda Eldorado
Arqueólogo Coordenador: Celso Perota
Apóio Institucional: Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Socioambiental - ECOS

Área de Abrangência: Município de Montanha e Mucurici, Estado do Espírito Santo
Prazo de Validade: 05 (cinco) meses
11-Processo n.º 01450.004711/2013-41
Projeto: Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico e Educação Patrimonial do Empreendimento UHE Itaocara I - Área do Canteiro de Obras
Arqueólogo Coordenador: Felipe André do Nascimento Coelho

LAB Apóio Institucional: Laboratório de Arqueologia Brasileira -
Área de Abrangência: Municípios de Pirapetinga, Estado de Minas Gerais; Santo Antonio de Pádua, Aperibé, Itaocara e Cantagalo, Estado do Rio de Janeiro
Prazo de Validade: 06 (seis) meses
12-Processo n.º 01450.011519/2009-24
Projeto: Monitoramento, Resgate e Educação Patrimonial da Ferrovia Transnordestina - Trechos Eliseu Martins - PI e Missão Velha/Porto do Pecém - CE
Arqueólogo Coordenador: Rosiane Limaverde Vilar Mendonça

Apóio Institucional: Universidade Regional de Cariri - Museu de Paleontologia de Santana do Cariri
Área de Abrangência: Municípios de Missão Velha, Iguatu, Senador Pompeu, Quixadá, Baturité, Maranguape, Pecém, Estado do Ceará. Eliseu Martins, Itaueira, Simplicio Mendes, Paulistana, Estado do Piauí, Trindade, Estado de Pernambuco
Prazo de Validade: 24 (vinte e quatro) meses

ANEXO II

01-Processo n.º 01512.001841/2013-50
Projeto: Diagnostico Arqueológico Prospectivo e Interventivo para o Empreendimento Central Geradora Eólica Fronteira Sul I, II e III

Arqueólogo Coordenador: Jorge Luiz de Oliveira Viana e Luciana da Silva Peixoto.

Apóio Institucional: Laboratório de Ensino e Pesquisa em Antropologia e Arqueologia - Universidade Federal de Pelotas
Área de Abrangência: Município de Santana do Livramento, estado do Rio grande do Sul
Prazo de Validade: 06 (seis) meses

ANEXO III

01-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Comissária de Despachos Vanzin Ltda
Empreendimento: Terminal Graneleiro Vanzin
Processo n.º 01512.003215/2015-60
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área do Terminal Graneleiro Vanzin
Arqueólogo Coordenador: João Carlos Radünz Neto
Arqueólogo de Campo: João Carlos Radünz Neto
Apóio Institucional: Laboratório de Arqueologia do Capitalismo - Universidade Federal do Rio Grande
Área de Abrangência: Município de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul

Prazo de Validade: 04 (quatro) meses
02-Enquadramento IN: Nível II
Empreendedor: COPASA
Empreendimento: ETE Ventura Luís
Processo n.º 01514.004251/2015-21
Projeto: Acompanhamento Arqueológico, decorrente da 1ª etapa de Implantação da Estação de Tratamento de Esgotos ETE Sede (ETE Ventura Luís)

Arqueólogo Coordenador: Jaionara Rodrigues Dias da Silva
Arqueólogo de Campo: Mariana Zanchetta Otaviano
Apóio Institucional: Museu de Ciências Naturais - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC/MG
Área de Abrangência: Município de Conselheiro Lafaiete, Estado de Minas Gerais

Prazo de Validade: 02 (dois) meses
03-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Chamon Energias Renováveis Ltda
Empreendimento: CGH Osmário Saraiva
Processo n.º 01508.000805/2015-08
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de Influência da CGH Osmário Saraiva
Arqueólogo Coordenador: Tatiana Costa Fernandes
Arqueólogo de Campo: Ícaro Rêgo Soares
Apóio Institucional: Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas - Universidade Federal do Paraná - CEPA/FUNPAR/UFPR
Área de Abrangência: Municípios de Cascavel e Catanduvas, Estado do Paraná

Prazo de Validade: 07 (sete) meses

RETIFICAÇÃO

Na Portaria n.º 05/2015, Seção I, Anexo I, Página 08, Permissão n.º 08, de 10/02/2016, onde se lê: "Município: Manguinhos", leia-se: "Município: Rio de Janeiro".

**SECRETARIA DA CIDADANIA E DA
DIVERSIDADE CULTURAL**

PORTARIA Nº 11, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2016

Dispõe sobre a divulgação da fase de habilitação do Edital de Divulgação n.º 11, de 4 de dezembro de 2015 - Chamada Pública para Participação no Comitê Técnico de Cultura para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT).

A SECRETÁRIA DA CIDADANIA E DA DIVERSIDADE CULTURAL do Ministério da Cultura, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo Art. 13 do Decreto n.º 7.743, de 31 de maio de 2012, resolve:

Art.1º - Divulgar o resultado da fase de habilitação das inscrições enviadas ao Edital de Divulgação n.º 11 de, 4 de dezembro de 2015 - Chamada Pública para Participação no Comitê Técnico de Cultura para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT), publicado no Diário Oficial da União de 7 de dezembro de 2015, Seção 3, páginas 15 a 17 até o dia 15 de fevereiro de 2016.

Art. 2º. Em conformidade com o item 6.5. Os candidatos inabilitados poderão submeter pedido de reconsideração à Comissão Técnica de Habilitação, no prazo de 05 (cinco) dias corridos ao dia subsequente à publicação do resultado desta fase, por meio de formulário (anexo 2) a ser enviado para 6 o endereço eletrônico: comitelgbt@cultura.gov.br. O formulário será disponibilizado no sítio www.cultura.gov.br.

Ofício 23/2015.

Rio de Janeiro, 29 de Outubro de 2015.

Ilma Sra.

Rosana Pinhel Mendes Najjar

Diretora do Centro Nacional de Arqueologia

SEPS - Qd. 713/913 - Bloco D - Edifício Iphan - 3º Andar

CEP: 70390-135 - Brasília/DF

Assunto: Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico e Educação Patrimonial

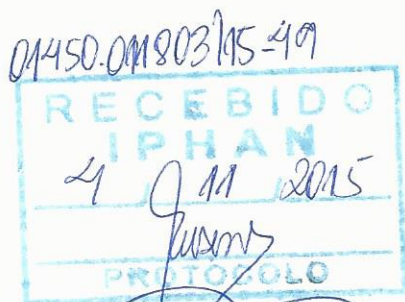
Ref.: Área do Canteiro de Obras – UHE Itaocara I

Prezada Diretora,

Cumprimentando-o, venho por meio deste, mui respeitosamente, encaminhar o *Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico e Educação Patrimonial* respectivo a Área do Canteiro de Obras – UHE Itaocara I, relativo ao salvamento arqueológico de parte dos sítios arqueológicos registrados e aprovados pelo Ofício N° 0413/2013 / CNA/DEPAM/IPHAN de 16 de Julho de 2013.

Encaminho três volumes com igual conteúdo, sendo 1 com todos os documentos originais e 2 com documento copiados.

Nestes termos, agradeço a atenção e atendimento, renovo meus votos de estima e consideração, e me coloco à disposição para quaisquer outros esclarecimentos que se façam necessários.





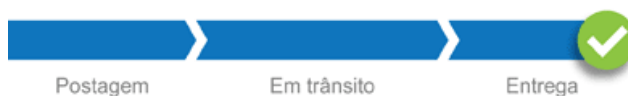
Filipe André do Nascimento Coelho
Arqueólogo e Historiador
Responsável Técnico do Programa

AUTONOMIA ARQUEOLOGIA

Endereço: Rua Barão de São Francisco, 373 sl 420, CEP: 20541-371, Vila Isabel, Rio de Janeiro-RJ
Telefones: (21) 3083-9367 / 3083-9368 / 99758-9120

SX016591725BR

O horário apresentado no histórico do objeto não indica quando a situação ocorreu, mas sim quando os dados foram recebidos pelo sistema, exceto no caso do SEDEX 10 e do SEDEX Hoje, em que ele representa o horário real da entrega.

**Objeto entregue ao destinatário**

29/10/2015 09:13 Brasília / DF

29/10/2015
09:13
Brasília / DF

Objeto entregue ao destinatário

29/10/2015
07:56
Brasília / DF

Objeto saiu para entrega ao destinatário

28/10/2015
22:07
Rio De Janeiro / RJ

Objeto encaminhado

de Unidade Operacional em Rio De Janeiro / RJ para Unidade de Distribuição em Brasília / DF

28/10/2015
17:13
Rio De Janeiro / RJ

Objeto encaminhado

de Agência dos Correios em Rio De Janeiro / RJ para Unidade Operacional em Rio De Janeiro / RJ

28/10/2015
15:28
Rio De Janeiro / RJ

Objeto postado



AUTONOMIA
arqueologia

Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico e Educação Patrimonial

Área do Canteiro de Obras - UHE Itaipava I

Rio de Janeiro - RJ
2015

AUTONOMIA ARQUEOLOGIA – Serviços de Pesquisa em Patrimônio Cultural e Educação
contato@autonomia-arqueologia.com
Fones: +55 21 3083-9367 / 3083-9368
www.autonomia-arqueologia.com

Sumário

1. Apresentação	1
2. Ficha Técnica do Projeto	2
3. Delimitação da Área de Abrangência e Caracterização do Empreendimento	3
3.1. Fase atual do empreendimento – da Área do Canteiro de Obras	4
4. Relação dos Sítios Arqueológicos e Áreas de Interesse Cultural (AIC) que serão pesquisados	6
4.1. Sítio Arqueológico Fazenda Angolinha	8
4.2. Sítio Arqueológico Boa Vista 1.....	10
4.3. Sítio Arqueológico Boa Vista 2.....	12
4.4. Área de Interesse Cultural 1	14
4.5. Área de Interesse Cultural 4	15
4.6. Área de Interesse Cultural 5	16
5. Plano de Trabalho do Projeto de Salvamento dos Sítios Arqueológicos e Registro detalhado das Áreas de Interesse Cultural (AICs).....	18
5.1. Objetivo.....	18
5.2. Conceituação e Metodologia	18
5.3. Projeto de Salvamento Arqueológico	19
5.3.1. Delimitação das áreas de escavações sistemáticas	22
5.4. Projeto de Registro detalhado das Áreas de Interesse Cultural (AICs)	24
6. Projeto de Educação Patrimonial	25
6.1. Apresentação	25
6.2. Justificativa	26
6.3. Objetivos	28
6.4. Metodologia.....	30
7. Referências	35

Área do Canteiro de Obras - UHE Itaipava I
Outubro de 2015

8. Cronograma de Execução.....	36
9. Equipe Técnica.....	37
ANEXO 1.....	38
ANEXO 2.....	39
ANEXO 3.....	40
ANEXO 4.....	41

2. Ficha Técnica do Projeto

Nome do Projeto: Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico e Educação Patrimonial do Empreendimento UHE Itaocara I.

Etapa atual: Obtenção de permissão para execução das atividades de Salvamento Arqueológico e Programa de Educação Patrimonial.

Período de Execução: 6 meses.

Executor do Projeto:

Autonomia Arqueologia - Serviço de Pesquisa em Patrimônio Cultural e Educação Ltda.

Endereço: Rua Barão de São Francisco, 373 sl 420

CEP: 20541-371 – Vila Isabel – Rio de Janeiro – RJ

Telefone: (21) 3083-9367 / 3083-9368 / 99758-9120 (Filipe)

Responsável Técnico: **Filipe André do Nascimento Coelho**

filipe.coelho@autonomia-arqueologia.com

Financiamento do Projeto:

Consórcio UHE Itaocara

Representante Legal: **Luiz Carlo Amarilho**

Endereço: Avenida Marechal Floriano, 168, 2º andar, Centro, Rio de Janeiro - RJ

CEP: 20.080-002

Telefones: (21) 8022-3435 / 3861-2800

Instituição de Endosso à Pesquisa e Guarda do Material Arqueológico:

Laboratório de Arqueologia Brasileira (LAB)

Representante Legal: **Jeanne Cordeiro de Oliveira**

Endereço: Rua Queimada n 5, Bairro Santa Cruz da Serra

Duque de Caxias - RJ

Telefone: (21) 2678-3153 / (21) 3273-3725

arqueolabbrasil@gmail.com

1. Apresentação

O presente Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico e Educação Patrimonial referente à fase de implantação da Área do Canteiro de Obras do empreendimento UHE Itaocara I, visa dar continuidade às atividades de Arqueologia das áreas onde serão executadas as obras para implantação da UHE Itaocara I, no Rio Paraíba do Sul. A implantação da UHE Itaocara I em sua totalidade abrange os municípios de Santo Antônio de Pádua, Aperibé, Itaocara e Cantagalo, no Estado do Rio de Janeiro, e o município de Pirapetinga, no Estado de Minas Gerais. Todavia na fase atual de implantação da Área do Canteiro de Obras, abrangerá o município de Aperibé-RJ.

Este documento compreende a descrição e caracterização dos serviços a serem realizados para as atividades de Arqueologia, que integram “Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico e Educação Patrimonial da Área do Canteiro de Obras – UHE Itaocara I”, em conformidade com as diretrizes propostas pela Legislação Federal em vigência, em especial à Lei Federal nº 3.924/1961, Decretos Federais nº 25/1937 e nº 3.551/2000, Portaria SPHAN nº 007/1988, Portaria IPHAN nº 230/2002 (vigente à época do início do processo), Instrução Normativa IPHAN nº 001/2015; e ao texto da Constituição Federal de 1988, Artigos 215 e 216, destinando-se assim à promoção de resguardo e salvaguarda do acervo arqueológico e patrimonial cultural, visando o engrandecimento e enriquecimento do Patrimônio Cultural do país.

Em virtude da inserção do processo de licenciamento ambiental de empreendimentos potencialmente impactantes ao meio ambiente, durante a década de 1980, a pesquisa arqueológica foi incluída nos estudos ambientais através da Resolução CONAMA 001/1986, estabelecendo que os sítios arqueológicos de natureza histórica e pré-histórica são objetos de estudo a serem componentes importantes na consideração da emissão das Licenças Ambientais de tais empreendimentos.

3. Delimitação da Área de Abrangência e Caracterização do Empreendimento

A UHE Itaocara I é um empreendimento para geração de energia hidrelétrica a ser implantado no baixo Paraíba do Sul, na divisa de Minas Gerais e Rio de Janeiro. Esta usina abrange os municípios indicados no **Quadro 0**.

Quadro 0 – Municípios da Área de Influência do Empreendimento

UF	Município	Tipo de interferência
MG	Pirapetinga	Reservatório
RJ	Santo Antônio de Pádua	Reservatório
	Aperibé	Reservatório e Barramento
	Itaocara	Reservatório e Barramento
	Cantagalo	Reservatório

O arranjo geral consiste na implantação das estruturas de barramento, vertimento e geração alinhadas ao longo do eixo situado na extremidade montante da ilha Serena, com extensão total de cerca de 1.240 m. As estruturas de concreto serão posicionadas com o vertedouro na calha do canal esquerdo da Ilha Serena e o muro divisor, tomada d'água e casa de força na margem esquerda. O muro de abraço para encosto da barragem será situado à direita do vertedouro. A partir deste muro desenvolve-se a barragem, de aterro compactado, até o encontro com a ombreira direita.

A ADA, assim como no EIA/RIMA, foi definida como o conjunto das áreas destinadas à instalação da infraestrutura necessária à implantação e operação do empreendimento, que no caso da UHE Itaocara I, equivalem a:

- áreas inundadas permanentemente em função do barramento;
- terrenos destinados ao estabelecimento da Área de Preservação Permanente (APP) do Reservatório;
- os trechos afetados por redução de vazão, barramentos, diques e canais;

Área do Canteiro de Obras - UHE Itaocara I
Outubro de 2015

- áreas destinadas à obras civis decorrentes ou associadas ao empreendimento, como a Linha de Transmissão, vilas residenciais, alojamentos, canteiros de obras, vias de acesso aproveitadas ou novas, áreas de empréstimo, bota-foras, e áreas de segurança.

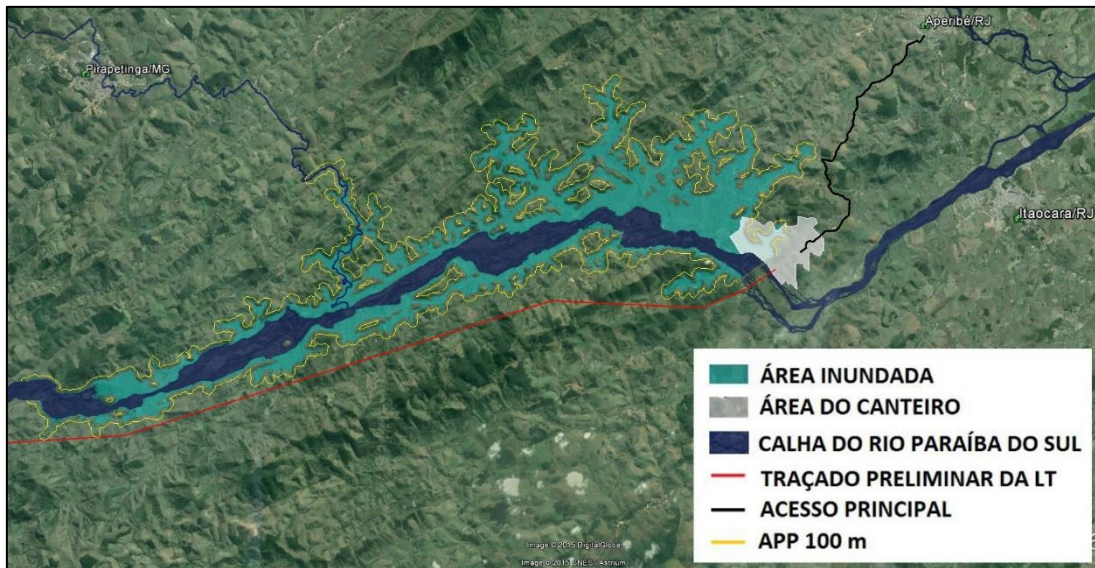


Figura 3-1 – Área Diretamente Afetada - ADA

3.1. Fase atual do empreendimento – da Área do Canteiro de Obras

A primeira etapa do empreendimento UHE Itaocara I, consiste nas obras das estruturas do acampamento provisório, para construção alojamentos, escritórios, refeitório, sanitários, oficinas, almoxarifado, áreas de empréstimo, áreas de segurança, entre outras. Além disso, os primeiros acessos internos dentro do canteiro serão definidos e abertos em função da necessidade do Consórcio Construtor em interligar as estruturas do canteiro, jazidas de solo, rocha e areia já identificadas pelos estudos de sondagem. A coleta de resíduos e efluentes será específica para esta fase quando serão utilizados, banheiros químicos ou fossas sépticas e containers para a destinação primária dos resíduos, que serão oportunamente remanejados para os aterros sanitários regionais.

Área do Canteiro de Obras - UHE Itaipava I
Outubro de 2015



Figura 3-2 – Estruturas do Canteiro de Obras

Área do Canteiro de Obras - UHE Itaocara I
 Outubro de 2015

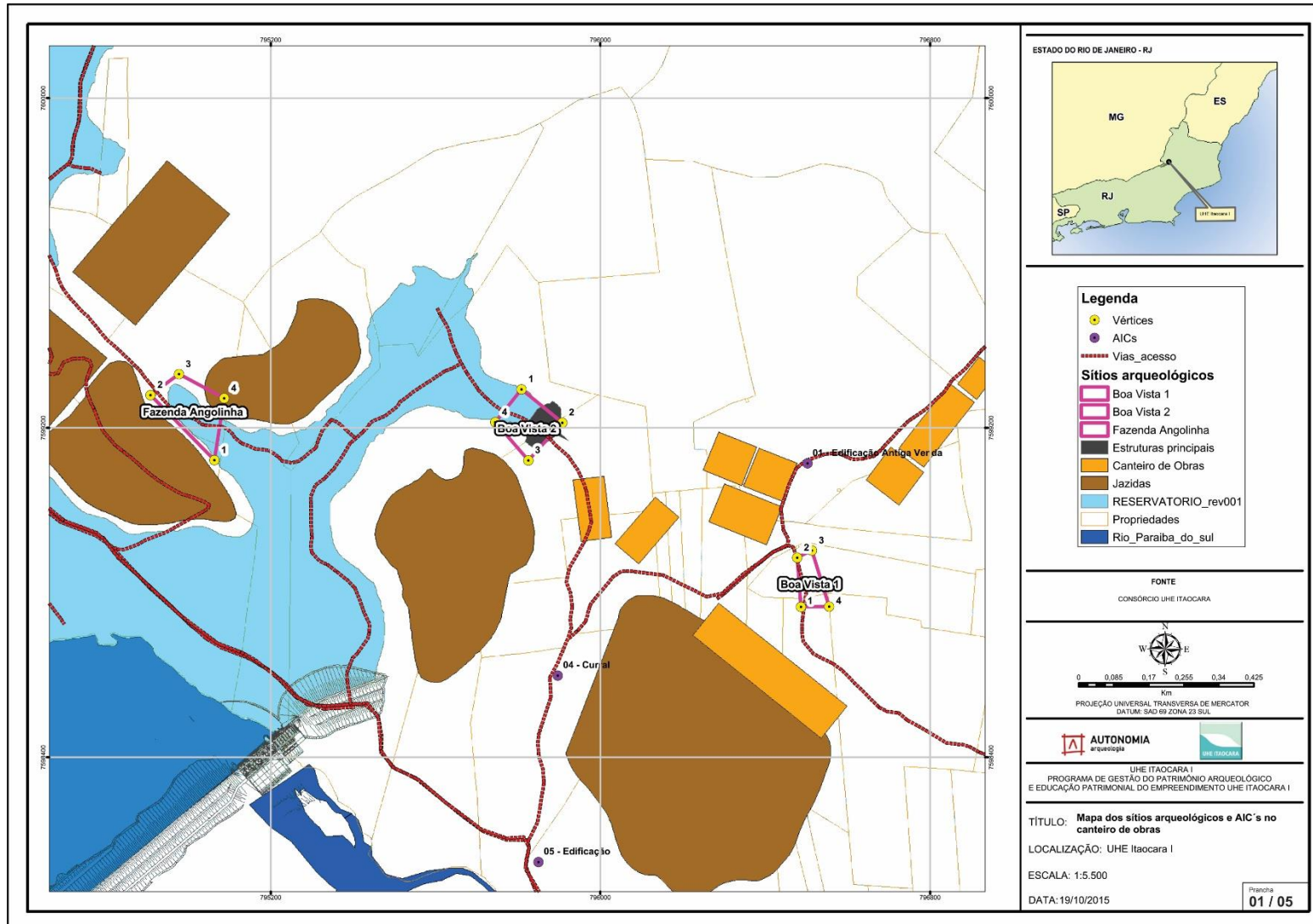
4. Relação dos Sítios Arqueológicos e Áreas de Interesse Cultural (AIC) que serão pesquisados

Durante a execução do “Projeto de Prospecção Arqueológica na Área de Influência da UHE Itaocara I, Rio Paraíba do Sul”, autorizado e amparado pela Portaria IPHAN nº 25, de 3 de agosto de 2011, (Publicado no DOU de 5 de agosto de 2011), e emissão do “Relatório de Prospecções Arqueológicas da Área do Canteiro de Obras”, com aprovação pelo CNA-IPHAN a partir do Ofício 0413/2013/CNA/DEPAM/IPHAN (Brasília, 16 de julho de 2013), foram identificados 9 sítios arqueológicos e 6 Áreas de Interesse Cultural (AIC).

Nome do sítio ou Área de Interesse Cultural (AIC)	Coordenadas UTM (central) e Ortofoto	Situação em relação ao AID	Recomendações
Boa Vista 1	796513 E, 7598843 N. Ortofoto 17	Área do canteiro de obras	Resgate
Boa Vista 2	795842 E, 7599201 N. Ortofoto 17	Área do canteiro de obras e do reservatório	Resgate
Boa Vista 3	796199 E, 7599317 N. Ortofoto 17.	Área do canteiro de obras e do reservatório	Resgate
Faz. Angolinha	795016 E, 7599213 N. Ortofoto 17.	Área do reservatório	Resgate
Boa Esperança	794349 E, 7599654 N. Ortofoto 17.	Área do reservatório	Resgate
Complexo Palmital	794125 E, 7597141 N. Ortofoto 24.	Área do canteiro de obras	Resgate
Paraíba do Sul 1	794975 E, 7596835 N. Ortofoto 24.	Área do canteiro de obras	Resgate
Paraíba do Sul 2	795082 E, 7596999 N. Ortofoto 24.	Adjacente a área do canteiro de obras	Resgate amostral e sinalização
Paraíba do Sul 3	797996 E, 7598047 N. Ortofoto 25.	Fora da AID.	Registro no CNSA
AIC 1	796459 E, 7599068 N. Ortofoto 17.	Área do canteiro de obras	Registro detalhado
AIC 2	796642 E, 7597758 N. Ortofoto 24.	Área do canteiro de obras	Registro detalhado
AIC 3	796350 E, 7597966 N. Ortofoto 24.	Área do canteiro de obras	Registro detalhado
AIC 4	795853 E, 7598553 N. Ortofoto 24.	Área do canteiro de obras	Registro detalhado
AIC 5	795806 E, 7598100 N. Ortofoto 24.	Área do canteiro de obras	Registro detalhado
AIC 6	796565 E, 7596695 N Ortofoto 24.	Área do canteiro de obras	Registro detalhado

Destes, apenas 3 sítios arqueológicos e 3 AICs serão atualmente impactados pela implantação do Canteiro de Obras (como se pode verificar no mapa adiante), para os quais, portanto, se propõe ação de Salvamento Arqueológico (medida dedicada aos sítios arqueológicos) e Registro detalhado (às AICs).

Área do Canteiro de Obras - UHE Itaocara I
Outubro de 2015



Área do Canteiro de Obras - UHE Itaocara I
Outubro de 2015

A caracterização de cada um dos sítios arqueológicos e AICs para os quais se propõe o desenvolvimento de pesquisas está disposta a seguir:

4.1. Sítio Arqueológico Fazenda Angolinha

Em um vale estreito na esquerda do Rio Paraíba do Sul, na propriedade da Sra. Maria José Dias de Souza (AP-022), informações orais indicaram que existia nesta área um conjunto de casas relativamente antigas (provavelmente da metade do século XIX), que já não estão mais aparentes. Um morador local, Sr. Floriano, de quase 80 anos de idades, relatou que morou nesta área quando era criança e que ali existia uma grande fazenda, denominada à época como “Fazenda Angolinha”, e que esta fazenda era já bastante antiga na época de sua infância. Sr. Floriano detalhou que era um local central de realização de festejos da região, que aconteciam nas voltas de algumas casas de famílias que já habitavam ali (ele lembre de ao menos 3 casas no eixo em que foram identificados os vestígios arqueológicos durante a execução do Projeto de Prospecção Arqueológica).

Aliás, no percorrimto desta área durante a execução do Projeto de Prospecção Arqueológica, encontraram-se alinhamentos de coqueiros que são possíveis indicativos da presença de sedes de fazendas antigas. Nas intervenções arqueológicas, revelou-se uma camada do solo com sedimento mais escuro, associada à presença de carvão, e coletaram-se materiais arqueológicos característicos do século XIX.

Em virtude da memória dos moradores sobre a história local, em cruzamento com os dados arqueológicos levantados, a área foi considerada sítio arqueológico e delimitada.

Este sítio foi delimitado por um polígono do qual os vértices têm as seguintes coordenadas UTM (SAD'69):

1	23K 794912 E / 7599284 N
2	23K 794976 E / 7599213 N
3	23K 795090 E / 7599249 N
4	23K 795071 E / 7599116 N

Área do Canteiro de Obras - UHE Itaocara I
Outubro de 2015



Figura 4.1-1 – Paisagem do sítio Fazenda Angolinha, com a presença dos coqueiros alinhados.



Figura 4.1-2 – Sondagem aberta durante a execução do Projeto de Prospecção Arqueológica, com camada de carvões e outros vestígios arqueológicos (prof. máx. 80cm).



Figura 4.1-3 – Fragmento de vidro lilás encontrado na referida sondagem.



Figura 4.1-4 – Fragmento de cerâmica encontrado na referida sondagem.



Figura 4.1-5 – Fragmento de cerâmica (telha) encontrado na referida sondagem.

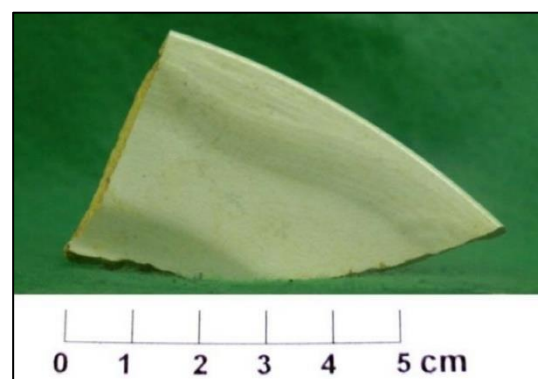


Figura 4.1-6 – Fragmento de louça (decoração trigal) encontrado na referida sondagem.

Área do Canteiro de Obras - UHE Itaocara I
Outubro de 2015

4.2. Sítio Arqueológico Boa Vista 1

No entorno de uma casa de pau-a-pique, situada na propriedade n.AP-010, do Sr. Aceolino da Silva Maia, foram encontrados vestígios de louça, cerâmica vitrificada e vidro e metal (destacando-se uma garrafa de vidro com fundo com a inscrição “Rocha Leão”, respectivo ao contexto do século XIX). Os vestígios arqueológicos encontram-se dispersos pela superfície do terreno, mesclados a materiais de lixo recente da casa atual.

Este sítio foi delimitado por um polígono do qual os vértices têm as seguintes coordenadas UTM (SAD'69):

1	23K 796481 E / 7598880 N
2	23K 796524 E / 7598898 N
3	23K 796555 E / 7598739 N
4	23K 796489 E / 7598737 N



Figura 4.2-1 – Casa de pau-a-pique na área onde foram encontrados os vestígios arqueológicos.

Área do Canteiro de Obras - UHE Itaocara I
Outubro de 2015



Figura 4.2-2 – Material arqueológico encontrado em um corte feito na lateral da casa de pau-a-pique.



Figura 4.2-2 – Sondagem aberta durante a execução do Projeto de Prospecção Arqueológica.



Figura 4.1-4 – Fragmentos de cerâmica (de telhas e vasilhames) encontrado na referida sondagem – entre 0 e 20cm.



Figura 4.1-4 – Fragmentos de cerâmica (de telhas e vasilhames) encontrado na referida sondagem – entre 20 e 40cm.



Figura 4.1-4 – Fragmentos de vidro (fundo de garrafa com a inscrição “Rocha Leao”) encontrado na referida sondagem, na superfície.

4.3. Sítio Arqueológico Boa Vista 2

De acordo as atividades de Prospecção Arqueológica, ao circular uma estrada de acesso à propriedade n.AP-015, de Sra. Amélia Vieira Dias, foram encontrados vestígios arqueológicos ao longo de um corte no terreno que se estende por cerca de 50 m. Foram coletados fragmentos de louças (um deles com a inscrição “Boch F...”, que corresponde à marca “Boch Frères” ou Boch et frères Lalouvière”, de uma fábrica de louças com produção aproximada entre 1880 e 1900. Segundo relato do morador da respectiva área, Sr. Eugênio Dias, ali ficava a casa de sua bisavó. No entorno há um pequeno lago e uma parte mais elevada do terreno – o que poderia indicar o local desta antiga casa.

Este sítio foi delimitado por um polígono do qual os vértices têm as seguintes coordenadas UTM (SAD'69):

1	23K 795757 E / 7599210 N
2	23K 795816 E / 7599288 N
3	23K 795907 E / 7599210 N
4	23K 795825 E / 7599131 N



Figura 4.2-1 – Prospecção visual, estrada onde se identificaram vestígios arqueológicos.



Figura 4.2-2 – Fragmentos de encontrado na sondagem realizada no entorno deste local (UTM, SAD'69, 23K 795842 E / 75992001 N).

Área do Canteiro de Obras - UHE Itaocara I
Outubro de 2015



Figura 4.2-3 – Fragmentos de metal encontrado em superfície – ponto onde se decidiu abrir uma sondagem (UTM, SAD'69, 23K 795842 E / 75992001 N).



Figura 4.2-4 – Fragmentos de metal da imagem ao lado (respectivo a parte de uma panela de ferro), retirado do solo e tratado em curadoria.



Figura 4.2-5 – Fragmentos de metal, cerâmica e vidro encontrados na referida sondagem.



Figura 4.2-6 – Fragmentos de metal e vidro encontrados na referida sondagem.

Área do Canteiro de Obras - UHE Itaocara I
Outubro de 2015



Figura 4.2-7 – Fragmentos de louça, vidro e cerâmica encontrados em outra intervenção (UTM, SAD'69, 23K 795835 E / 7599183 N).



Figura 4.2-8 – Fragmento de louça com a inscrição “Boch F...”.

4.4. Área de Interesse Cultural 1

De acordo com informação oral, indicou-se a existência de uma antiga edificação de uso comercial, popularmente denominada de “venda” e nesse local fora encontrados restos de reboco e fragmentos de telha. Pode ser vista uma área mais elevada no local que compreende a área da edificação. Situado na propriedade n.AP-013, do Sr. Adalton da Silva Maia, este local tem interesse para a dinâmica da ocupação da região e se encontra em uma área de acesso fácil, próximo a estrada de terra (ver imagens abaixo).

Coordenadas de referência: UTM 23K 796459 E / 7599068 N (DATUM SAD'69).

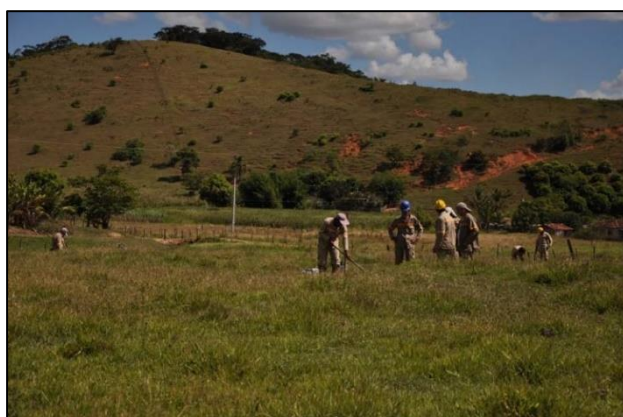


Figura 4.1-1 - Vista da área mais elevada onde relatou-se ser o local da antiga “venda” (esq.) e detalhe da sondagem aberta na execução do Projeto de Prospecção Arqueológica, com restos de tijolos e telhas (dir.).

Área do Canteiro de Obras - UHE Itaocara I
Outubro de 2015

4.5. Área de Interesse Cultural 4

Consiste em um curral, instalado na propriedade n.AP-002, da Sra. Cléa Dias. Esta estrutura possui piso de pedras, cobertura de telhas canal e na sua construção, provavelmente foram aproveitados esteios de outras estruturas antigas, o que segundo a informação dos moradores e pela observação das características das edificações desta região, representa um costume local, de reutilização dos materiais de casas antigas. No interior do curral foi encontrada uma trempe (ver figura a seguir). Segundo os moradores ainda, estes currais são utilizados atualmente para o armazenamento e encaixotamento de produtos agrícolas, como quiabo, aipim etc. O levantamento mais detalhado desta AIC poderá ter grande contributo à interpretação dos impactos promovidos por atividades antrópicas recentes sobre os sítios arqueológicos, principalmente a questão do reuso dos materiais antigos.

Coordenadas de referência: UTM 23K 795853 E / 7598553 N (DATUM SAD'69).



Figura 4.5-1 – Vista do curral (esq.) e seu interior, onde se pode ver a trempe (dir.).

Área do Canteiro de Obras - UHE Itaocara I
Outubro de 2015

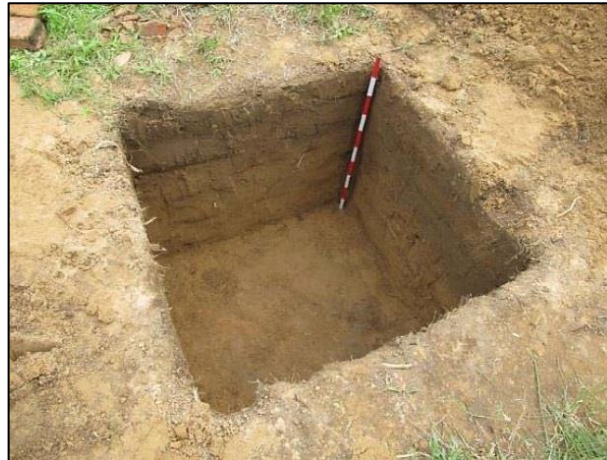


Figura 4.5-2 – Sondagem aberta nas proximidades do curral, durante a execução do Projeto de Prospecção Arqueológica.



Figura 4.5-3 – Vestígios materiais de ocupação recente (vidros e cerâmicas) encontrados na sondagem referida.



Figura 4.5-4 – Frasco com inscrição (do conjunto mostrado à esquerda).

4.6. Área de Interesse Cultural 5

Na área de propriedade da Sr. Cléa Dias (propriedade n.AP-002) foram encontrados fragmentos de louça branca e um de louça do tipo *mocha* até uma profundidade de 20 cm no solo. No local, segundo um morador, Sr. Hildebrando, havia uma construção de pau-a-pique e nas proximidades um poço. Aliado às informações orais sobre uma outra ocupação mais antiga (talvez século XIX) nas proximidades, a ocorrência de materiais recentes, do contexto do início do século XX (apesar da presença do fragmento de

Área do Canteiro de Obras - UHE Itaocara I
Outubro de 2015

louça *mocha*, que a princípio é do contexto do século XIX), justificou a caracterização desta área apenas como AIC. Seu levantamento poderá ter grande contributo à interpretação dos impactos promovidos por atividades antrópicas recentes sobre os sítios arqueológicos.

Coordenadas UTM 23K 795806 E / 7598100 N (DATUM SAD'69).



Figura 4.6-1 – Sondagem aberta durante a execução do Projeto de Prospecção Arqueológica.



Figura 4.6-2 – Fragmento de louça do tipo mocha encontrado na sondagem ao lado.



Figura 4.6-1 – Tipos diferentes de materiais recentes encontrados da referida sondagem (vidros, metais, louças, cerâmicas e plástico), que remetem até ao início do século XX.

5. Plano de Trabalho do Projeto de Salvamento dos Sítios Arqueológicos e Registro detalhado das Áreas de Interesse Cultural (AICs)

5.1. Objetivo

O Projeto de Salvamento de sítios arqueológicos localizados na área de implantação do Canteiro de Obras – UHE Itaocara I, tem por objetivo principal intensificação das pesquisas arqueológicas e históricas e produção de conhecimento científico a partir das evidências arqueológicas registradas durante as atividades de campo e laboratório realizadas na etapa de Prospecção Arqueológica. Esse estudo dará subsídios para compreensão do contexto etno-histórico, cultural e arqueológico, em âmbito local e nacional, da área do empreendimento. O Projeto de Registro detalhado das Áreas de Interesse Cultural (AICs), por sua vez tem viés mais historiográfico e sociológico, de período recente e âmbito local, entretanto, a análise da cultura material do cotidiano envolvida pode servir para interpretações de determinados fatores presentes também nos sítios arqueológicos.

5.2. Conceituação e Metodologia

O conceito de Patrimônio Cultural compreende uma diversidade de elementos que caracterizam uma determinada sociedade, reunindo aspectos de suas tradições, hábitos e conhecimentos técnicos, que se encontram refletidos na sua cultura material e imaterial (BENTLEY, 1987; BOURDIEU, 1983a; BOAS, 2007; JORGE, 2007). O Patrimônio Arqueológico insere-se no âmbito do Patrimônio Cultural Material.

Este conceito, em geral, se refere a um conjunto complexo que inclui todos os bens materiais e imateriais resultantes da experiência de um povo ou grupo humano num determinado espaço e tempo (JORGE, 2007). Por isso, envolve também a ideia de patrimônio histórico ambiental, uma vez que hoje se concebe o ambiente como um resultado da ação humana, portanto um ambiente culturalmente construído (DIEGUES, 1994).

Quando nos referimos ao patrimônio cultural, aludimos então, a todas as manifestações vivenciais de um determinado povo. As artes (plástica, cênica, música, dança, literatura, dentre outras), as bebidas, a indústria, os negócios, a agricultura, a língua, a ciência, a religião, a história, a pré-história e até o governo, todas elas são incluídas no rol de patrimônio (JORGE, 2007).

Outro aspecto envolvido no estudo sobre o Patrimônio Cultural é a existência de locais no qual a população possui um especial interesse, cujos parâmetros simbólicos devem ser analisados com atenção e resgatadas suas características (UNESCO, 1972). Tais parâmetros utilizados, então, devem considerar os traços reconhecidos nos locais de interesse cultural e serem avaliados, segundo os critérios de conservação

Área do Canteiro de Obras - UHE Itaocara I
Outubro de 2015

dos contextos sócio-cultural e ambiental, atribuindo-se devida relevância aos locais onde estes estejam comprometidos (JORGE, 2007).

Assim sendo, qualquer ação de impacto sobre uma dada região e seu povo ou habitantes, deve planejar e elaborar projetos de valorização para a preservação do patrimônio cultural, uma vez que é pelo valor simbólico socialmente atribuído, ou pela destinação dos bens culturais que lhe são socialmente dados, que os elementos integrantes do patrimônio cultural nacional podem ser preservados para (re)conhecimento das populações atuais e futuras (Resolução CONAMA nº 01/1986; UNESCO, 1972).

Para a verificação das áreas e demais aspectos de interesse relevantes, destinados à proteção do Patrimônio Cultural, faz-se importante o conhecimento e reconhecimento, por parte dos habitantes locais do entorno ao Canteiro de Obras – UHE Itaocara I, do patrimônio local, caracterizado pelos ritos, danças, festejos, áreas de reunião, áreas naturais, cênicas e paisagísticas e as demais classificações de patrimônio.

A execução do Programa de Educação Patrimonial é fundamental para os procedimentos de pesquisa e engrandecimento do conhecimento, tanto das comunidades diretamente atingidas pelo empreendimento, uma vez que expõe as características deste e apresenta-lhes o patrimônio cultural local existente, quanto das pessoas diretamente envolvidas com a execução das obras, já que também lhes apresenta noções de preservação e conservação do patrimônio cultural, integrando-os ao local geográfico do empreendimento e sua respectiva história.

Em relação à proteção do Patrimônio Arqueológico, para a verificação das áreas de interesse arqueológico, faz-se importante também o conhecimento de todos os terrenos/áreas a serem utilizados quando da execução das obras, bem como também a própria área de construção do empreendimento a ser erigido. Essa atividade foi desenvolvida no Projeto de Prospecção Arqueológica, em conformidade com os preceitos da Arqueologia Preventiva.

A partir do Patrimônio Arqueológico identificado e registrado na área do empreendimento (Canteiro de Obras – UHE Itaocara I) novas medidas de proteção de são previstas. Como forma de compensar a possível destruição física dos sítios arqueológicos, o IPHAN, por meio da execução de serviço de salvamento arqueológico nos sítios que serão impactados. Além disso, serão desenvolvidas atividades de Monitoramento Arqueológico nas áreas que sofrerão intervenções em subsuperfície, previstas pelo projeto de obras civis. Essa medida visa a produção de conhecimento científico arqueológico e, conseqüentemente, sua incorporação à Memória Nacional.

5.3. Projeto de Salvamento Arqueológico

Área do Canteiro de Obras - UHE Itaocara I
Outubro de 2015

Os sítios arqueológicos identificados e delimitados durante a execução do Projeto de Prospecção do Patrimônio Arqueológico serão abordados de forma intensiva nesta nova etapa dos trabalhos arqueológicos.

As escavações nos sítios arqueológicos listados deverão ser realizadas de maneira minuciosa, sendo feito registro detalhado de suas características, e de seu entorno, assim como a coleta de material cultural estatisticamente significativa, sob a ótica quali-quantitativa, para produção de conhecimento arqueológico da área abordada. A concatenação dos resultados obtidos em campo e em laboratório deverão compensar a perda física do sítio arqueológico.

A metodologia empregada nesta fase envolve as etapas a seguir:

1ª Etapa: Consiste no cercamento integral do perímetro dos 3 sítios arqueológicos que integram este Programa, a fim de evitar danos acidentais ao patrimônio arqueológico registrado e que será alvo de pesquisa intensiva.

2ª Etapa: Elaboração de malha arqueológica para intervenções de subsuperfície.

A malha arqueológica servirá como suporte para abertura de sondagens (1x1m) ou trincheiras (0,5x3m ou 0,5x6m), que serão escavadas a fim de resgatar de modo integral a camada arqueológica. Esta malha estará inserida em áreas de 9m², que cobrirão integralmente os sítios arqueológicos.

3ª Etapa: Escavação por Decapagem Artificial.

A decapagem artificial consiste na criação de níveis artificiais de escavação, onde o arqueólogo designa horizontes artificiais, a cada 10 ou 20 cm, com o objetivo de: i) entender a dinâmica de sedimentação geológica do sítio; ii) evidenciar a dispersão e arranjo em profundidade dos vestígios arqueológicos; iii) identificar se houve reocupação da área do sítio e quando ocorreu; iv) inferir, por meio da espessura dos pacotes sedimentares contendo material arqueológico, o tempo de ocupação; v) identificar, por meio da textura, granulometria e forma (estruturas sedimentares), os paleoambientes de deposição dos pacotes sedimentares existentes.

A escavação por decapagem artificial deve obedecer aos seguintes procedimentos:

- Aprofundamento da quadrícula – o aprofundamento da quadrícula deve ser feito de forma manual, com ferramental adequado, onde os sedimentos serão retirados até a evidenciação dos vestígios arqueológicos. Tais sedimentos serão retirados da quadrícula por meio de pás plásticas e depositados em local previamente destinado e devidamente identificado (com a mesma identificação da quadrícula a qual foi retirado), para que seja peneirado segundo o nível artificial.

Área do Canteiro de Obras - UHE Itaocara I
Outubro de 2015

Tal procedimento visa a localização de vestígios arqueológicos que porventura não tenha sido evidenciados durante a decapagem.

- Evidenciação de vestígios – quando encontrados, os vestígios arqueológicos devem ser alocados em relação ao zoneamento da quadrícula, à profundidade e à posição em que foi encontrado. Este procedimento visa o entendimento do vestígio arqueológico no contexto da área do sítio e contribui para o entendimento do próprio vestígio no contexto de deposição.
- Registro dos vestígios – todos os vestígios devem ser registrados da seguinte forma: I) registro fotográfico com escala; II) confecção de croqui locacional do vestígio em relação à quadrícula e ao contexto existente nesta.
- Resgate e acondicionamento – todos os vestígios arqueológicos serão resgatados e acondicionados de acordo com sua natureza constituinte, a saber:
 - ✓ Vestígios de origem orgânica (restos vegetais, carvão, ossos): não poderá ter contato com material que contenha carbono, sendo envolto em papel alumínio e acondicionado em caixas plásticas;
 - ✓ Vestígios de origem não-orgânica (cerâmica, faianças, vidro, líticos, ...): será acondicionado em sacos plásticos, e em seguida acondicionado em caixas plásticas;

Obs.: 1) todo material coletado será identificado com etiqueta de localização da zona da quadrícula e profundidade em que foi encontrado;

2) todo material coletado será acondicionado em caixas de acordo com o quadriculamento da área de abrangência do sítio arqueológico.

4ª Etapa: Levantamento Estratigráfico dos Sítios.

O Levantamento Estratigráfico das áreas onde serão feitas as intervenções arqueológicas, será realizado objetivando o entendimento deposicional dos vestígios arqueológicos em profundidade, relacionando-os à dinâmica ambiental da região.

5ª Etapa: Levantamento Topográfico dos Sítios.

O Levantamento Topográfico das áreas onde serão feitas as intervenções arqueológicas, visando o salvamento dos sítios, será realizado por profissional habilitado em topografia. O objetivo desse serviço é localizar espacialmente, o polígono dos sítios arqueológicos em relação à topografia do terreno.

6ª Etapa: Levantamento Arquitetônico.

Será realizado Levantamento Arquitetônico de todos os remanescentes estruturais de edificações evidenciados durante a etapa de Prospecção Arqueológica, e que estão inseridos nos perímetros dos sítios

Área do Canteiro de Obras - UHE Itaocara I
Outubro de 2015

registrados, assim como as que porventura possam ser evidenciadas durante a etapa de escavação intensiva. Este serviço será realizado por profissional de arquitetura habilitado.

7ª Etapa: Curadoria e Acondicionamento.

As atividades de Curadoria consistem na higienização, catalogação e análise laboratorial do material arqueológico coletado durante as escavações.

Suas ações deverão seguir os seguintes procedimentos:

- Higienização do material coletado – todo material, com exceção do material de origem orgânica (restos vegetais, carvão, ossos), deverá ser lavado em água corrente, com uso de escova dental macia para melhor identificação dos atributos técnico-funcionais dos artefatos.
- Análise e catalogação – todo material coletado será analisado e catalogado por profissional especialista em curadoria, segundo sua natureza e área de procedência. A análise desses vestígios tem o objetivo de produzir informações que possibilitem a interpretação da dinâmica social desse espaço e a correlação entre os sítios.
- Acondicionamento – todo material será acondicionado em caixas plásticas Marfinite, no padrão exigido pelo IPHAN, protegidos por ethapon. A arrumação das peças nas caixas deverá obedecer à ordem de quadriculamento da área de abrangência do sítio arqueológico.

8ª Etapa: Elaboração de Relatório Final.

Os resultados das pesquisas de Salvamento Arqueológico serão descritos em relatório específico onde deverão ser discriminados a metodologia utilizada, as atividades de campo e os levantamentos bibliográficos complementares para a definição dos elementos culturais identificados.

5.3.1. Delimitação das áreas de escavações sistemáticas

As primeiras intervenções de subsuperfície terão cunho preliminar com intuito de localizar áreas com concentração de vestígios arqueológicos associados às atividades cotidianas pretéritas ou remanescentes estruturais de edificações. Nesta etapa as escavações serão feitas na forma de sondagens (1x1m) e trincheiras (0,5x3m), dispostas em arranjo hexagonal sobre a malha arqueológica (KRAKKER ET AL., 1983 apud ARAUJO, 2001), e distanciamento regular (**Figura 5.3-1**).

Área do Canteiro de Obras - UHE Itaocara I
Outubro de 2015

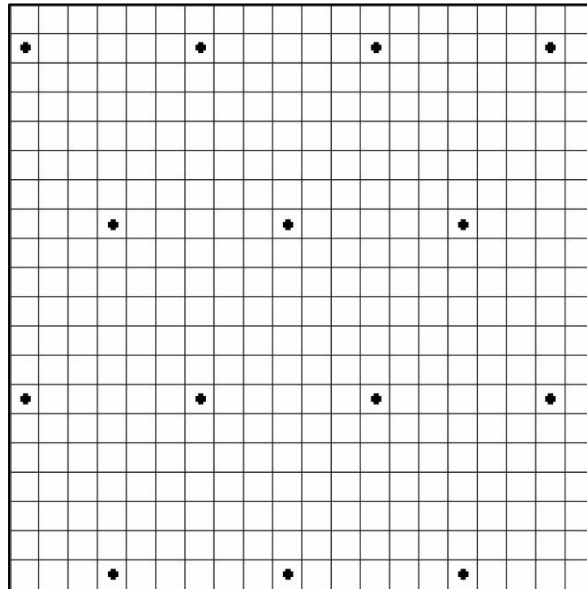


Figura 5.3-1 - Exemplo de arranjo hexagonal de distribuição de intervenções de subsuperfície sobre malha arqueológica.

A partir da identificação das áreas com maior concentração de vestígios arqueológicos será aplicado o método *open-area*, que está relacionado à escavação em superfície ampla. A correlação entre as áreas escavadas será realizada a partir dos princípios estratigráficos estabelecidos pela Matriz Harris (HARRIS,1991).

Para as áreas de concentração de material arqueológico, identificadas durante o Projeto de Prospecção Arqueológica será aplicado o método de *open-area* diretamente.

5.4. Projeto de Registro detalhado das Áreas de Interesse Cultural (AICs)

Este Projeto consiste na realização das seguintes etapas de trabalho:

1ª Etapa: Levantamento de bibliografia especializada sobre a história local da região do início do século XX até os dias atuais e de pesquisas socioeconômicas sobre a Mesoregião do Noroeste Fluminense;

2ª Etapa: Realização de entrevistas com moradores do município de Aperibé, com foco nos hábitos recentes e as permanências de hábitos antigos típicos da região;

3ª Etapa: Levantamento de campo em busca de maiores dados da cultura material encontrada em cada um dos diferentes espaços considerados AIC, observações sobre a paisagem destas áreas e levantamentos arquitetônicos de edificações presentes nelas (atividade não-interventiva e sem a coleta de exemplares);

4ª Etapa: Cruzamento de dados e informações e realização de um relatório com reflexões conceituais no campo dos estudos da cultura material e da história local;

6. Projeto de Educação Patrimonial

6.1. Apresentação

As atividades de Educação Patrimonial também se incluem neste Programa de Gestão como forma de promover o primeiro contato entre as pesquisas e a comunidade local residente nas áreas contíguas ao empreendimento. Tal ação visa divulgar a importância da preservação dos bens culturais locais, assim como também apresentar os bens patrimoniais materiais que compõem o contexto etno-histórico da região.

A educação é um dos campos fundamentais da produção e reprodução da vida social e, por isso, um valor universal e incontestável. Além disso, o aprimoramento contemporâneo dos métodos e técnicas pedagógicas tem mostrado que a educação pode ser uma das principais ferramentas para a geração de liberdade e autonomia, desde que conjugue a mediação e o estímulo ao crescimento individual, com a promoção de atividades ao mesmo tempo reflexivas, críticas e compreensivas de questões do passado e do presente das sociedades, dentro de um programa de mobilização de recursos coletivos e institucionais e com o objetivo de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa.

A Educação Patrimonial, por sua vez, é um campo transdisciplinar e que cumpre um papel social bastante específico: o de mediar e estimular o conhecimento sobre questões históricas e culturais dentro de atividades ligadas à preservação de bens de valor especial, enquadrados na categoria de Patrimônio Cultural.

Os critérios para a definição de determinados bens como Patrimônios Culturais têm se modificado bastante ao longo dos últimos anos. De acordo com tendências mais recentes, abandonam-se as propostas que privilegiam os bens culturais de valor excepcional (de apenas um período histórico, apenas com um determinado estilo ou apenas respectivo a uma classe ou grupo social), mas, sim, envolvendo os bens culturais de todas as épocas (inclusive os atuais, quando se fala de Patrimônio Vivo ou Patrimônio Imaterial), os mais diversos estilos e de múltiplas origens sociais (principalmente os relacionados à população comum e às classes trabalhadoras, que têm menor disposição e regularidade de recursos para a mobilização de atividades de preservação de seu patrimônio cultural).

Além disso, no momento atual a atribuição de patrimônio cultural a conjuntos urbanos ou à paisagem ao redor de determinadas localidades ou regiões tem aparecido com bastante força, rompendo com conceitos mais antigos de valorização de uma determinada edificação ou de um conjunto de materiais isoladamente.

Uma parte substancial da preservação do Patrimônio Cultural depende de atividades científicas especializadas, dedicadas à caracterização minuciosa, registro, resgate, restauração, conservação e divulgação do respectivo bem cultural. Essas atividades são compostas, portanto, pela atuação,

Área do Canteiro de Obras - UHE Itaocara I
Outubro de 2015

interdisciplinar ou multidisciplinar, de campos como a arqueologia, arquitetura, antropologia, história, meio ambiente, biologia, museologia, arquivologia, geografia, biblioteconomia, etc.

Contudo, apesar da necessidade objetiva de aplicação destas especialidades, a preservação do patrimônio cultural deve ocorrer paralelamente à apreciação pública, isto é, balizar-se democraticamente nos interesses sociais preexistentes e nos interesses sociais gerados no decorrer da atuação destas atividades, sendo a Educação Patrimonial o espaço ideal para o exercício deste diálogo.

No Brasil, o órgão governamental dedicado ao Patrimônio Cultural, em âmbito federal, é o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Nas últimas décadas este órgão tem sido o principal apoiador e representante das propostas mais adequadas para o exercício das atividades de preservação patrimonial e o principal fiscalizador das ocorrências de crime contra o patrimônio, principalmente no que diz respeito às atividades científicas e aos bens arqueológicos.

Atualmente, uma das principais atividades estimuladas (e exigidas nos contextos de realização de empreendimentos de engenharia) por este órgão é justamente a promoção da Educação Patrimonial.

Neste sentido, o Projeto de Salvamento e Monitoramento do Patrimônio Arqueológico da área de implantação da Área do Canteiro de Obras – UHE Itaocara I, prevê, em paralelo, atividades de Educação Patrimonial direcionados à alunos, professores, gestores de instituições de educação, profissionais que atuam no campo da cultura e da ação comunitária e demais interessados no tema da preservação do patrimônio cultural, além dos trabalhadores diretamente envolvidos com a construção dos empreendimentos.

6.2. Justificativa

Cada vez mais se exige dos educadores brasileiros que trabalhem com conteúdo sobre cultura regional, diversidade cultural e suas transposições didáticas conforme previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e nos Temas Transversais da Educação (TTE).

Portanto, como a legislação atual que regula o licenciamento ambiental não reconhece o cumprimento da realização de Programas de Educação Patrimonial pelos empreendimentos, encarando como sendo meramente para minimizar ou compensar os impactos acarretados pelo empreendimento, estes programas vêm auxiliar no suprimento das necessidades do ensino regular com a realização de debates transversais e interdisciplinares, no enriquecimento dos conteúdos programáticos ou de atividades complementares, de extensão ou extracurriculares das instituições de ensino, conforme previsto na LDB, PCN e TTE, aplicado especificamente nas áreas sob influência do empreendimento.

Área do Canteiro de Obras - UHE Itaocara I
Outubro de 2015

Vale lembrar ainda que a Constituição de 1988, Art. 225, alínea VI, instituiu um amplo programa de conscientização pública sobre a necessidade de preservação do meio ambiente, principalmente em instituições públicas de ensino, em todos os níveis. Posteriormente, foi aprovada a Lei Federal nº 9.795 de 27 de abril de 1999 (regulamentada pelo Decreto Federal nº 4.281, de 25 de Junho de 2002), que dispôs sobre a educação ambiental, instituindo a Política Nacional de Educação Ambiental.

Embora a legislação vigente não mencione nominalmente a Educação Patrimonial em seu texto, elas apontam claramente para uma concepção de meio ambiente em sua totalidade, o que inclui então a preservação do patrimônio cultural.

Em 1999, profissionais do IPHAN definiram alguns princípios para a promoção de projetos de Educação Patrimonial, caracterizando esta atividade como um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento individual e coletivo.

A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho de Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto desses bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural.

Além disso, recentemente, o crescente debate público sobre a preservação do patrimônio cultural resultou na criação do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) em 2009, buscando a maior articulação entre as entidades da sociedade civil, o IPHAN e o Ministério da Educação para a definição de parâmetros de atuação do âmbito da Educação Patrimonial.

Em setembro de 2005, realizou-se o I Encontro Nacional de Educação Patrimonial (I ENEP) e, com a realização do II ENEP em julho de 2011, ganhou bastante força a estruturação de um Programa Nacional de Educação Patrimonial. Além disto, no II ENEP conquistou-se a inserção de atividades de Educação Patrimonial no Macrocampo da Cultura e Artes do Programa Mais Educação do Ministério da Educação, que são um paliativo até que se institua o Programa Nacional de Educação Patrimonial.

Por fim, como a maioria dos trabalhos de preservação de bens arqueológicos realizados no Brasil resgata e estuda a cultura material de sociedades indígenas e/ou afrodescendentes, os trabalhos de Educação Patrimonial sobre os patrimônios culturais destas origens podem contribuir enormemente para o enriquecimento dos conteúdos exigidos em legislações específicas do âmbito educacional, tais como:

- Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004. Conselho Nacional de Educação (CNE), que instituiu as diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, a serem observadas pelas instituições, em todos os níveis de ensino, em especial, por instituições que desenvolvem programas de formação inicial e continuada de professores.

Área do Canteiro de Obras - UHE Itaocara I
Outubro de 2015

- Lei Federal nº 11.645, de 10 de março de 2008, que alterou a Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB).
- Lei Federal nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003 e a Resolução CP/CNE nº 1 de 17 de junho de 2004, incluindo no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena.

6.3. Objetivos

O Guia Básico de Educação Patrimonial do IPHAN (1999) orienta que a Educação Patrimonial deve consistir em mais do que uma proposta interdisciplinar de ensino voltada para questões ligadas ao patrimônio cultural, e sim, deve servir de veículo para provocar no educando sentimentos de surpresa e curiosidade, com o objetivo de despertar a vontade de conhecer cada vez mais o meio ambiente e o patrimônio cultural regional e global; de intervir em prol da preservação desses patrimônios; de refletir sobre a sua própria realidade individual e coletiva, na resolução de problemas sociais (como moradia, saneamento, abastecimento de água, etc.); e, enfim, de tornar-se um multiplicador dos conteúdos adquiridos, métodos de análise e ações sociais.

Dentro destes objetivos, o Guia Básico de Educação Patrimonial e obras posteriores do IPHAN (como o Manual de Atividades Práticas de Educação Patrimonial, de 2007) orientam que as atividades a serem desenvolvidas podem se dividir em quatro etapas (que se espelham nas etapas do processo institucional de avaliação e consagração dos patrimônios culturais realizados atualmente):

- Observação: utilização de exercícios de percepção sensorial (visão, tato, olfato, paladar e audição) por meio de perguntas, experimentações, provas, medições, jogos de adivinhação e descoberta (detetive), etc., de forma que se explore, ao máximo, o bem cultural ou tema observado.
- Registro: exercícios com desenhos, descrições verbais ou escritas, gráficos, fotografias, maquetes, mapas, por meio dos quais se busca fixar o conhecimento percebido, aprofundando a observação e o pensamento lógico e intuitivo.
- Exploração: exercícios de análise do bem cultural com discussões, questionamentos, avaliações, pesquisas em outros lugares (como bibliotecas, arquivos, cartórios, jornais, revistas, entrevistas com familiares e pessoas da comunidade), desenvolvendo as capacidades de análise e espírito crítico, interpretando as evidências e os significados.
- Apropriação: exercícios de recriação do bem cultural, através de releitura, dramatização, interpretação em diferentes meios de expressão (pintura, escultura, teatro, dança, música, fotografia, poesia, textos, filmes, vídeos, etc.), provocando, nos participantes, uma atuação criativa e valorizando assim o bem trabalhado.

Área do Canteiro de Obras - UHE Itaocara I
Outubro de 2015

Os resultados da aplicação desta metodologia desenvolvem atividades que levam os participantes à reflexão, descoberta e atitude favorável a respeito da importância e valorização do nosso Patrimônio Cultural. Sua aplicação é bastante útil e deve ser mantida como base inicial para a realização das atividades. Porém, pesquisas atuais e reflexões sobre ações práticas realizadas no Brasil (também no campo das artes, onde têm alcançado maior profundidade) mostram que a introdução do método conhecido como mediação (ou mediação da informação), previamente e ao longo da execução destas etapas, é extremamente necessária para o melhor cumprimento dos objetivos propostos inicialmente.

A mediação pretende, em primeiro lugar, ir além da simples transferência de conteúdo, disseminação de informação ou distribuição da informação, buscando uma interferência, direta ou indireta; consciente ou sensorial; individual ou coletiva; que propicia a apropriação de cada informação em questão.

Para isso, este método propõe que as atividades devam operar sob a forma de: encontro, através da experiência de troca entre o educador e o educando; ampliação de conhecimento, com a construção compartilhada de significados, reconstrução, interpretação e associação; ir ao encontro dos interesses do outro, partindo-se de interesses individuais do educando; conectar conteúdos e interesses, com a escolha de uma melhor didática respeitando os interesses particulares; diálogo e conversação, através da abertura de espaço para o questionamento e a contraposição; compartilhamento, com o estímulo à expressão de opiniões para a superação coletiva dos questionamentos e contraposições; provocação, com o levantamento de dúvidas e questionamentos diante de determinadas certezas e absolutismos; e estar entre, pela colaboração com as decisões tomadas coletivamente.

Neste sentido, ao invés de introduzir perguntas prontas, induzindo a que sejam respondidas pelos participantes das atividades, a ideia é de construir perguntas e tentar respondê-las (ou não) conjuntamente com o público.

Na prática, a Educação Patrimonial com este viés, propõe que o papel do educador/mediador seja o de:

- Iniciar as atividades, explicando ao público envolvido o projeto inicial – os objetivos, métodos e as etapas a serem seguidos, que estão descritos acima.
- Avaliar os interesses, a participação, as opiniões, as dúvidas, o compartilhamento e as decisões para a continuidade ou modificação do projeto predefinido.
- No caso da aceitação do projeto, iniciar com questionamentos, e depois estabelecer os mesmos procedimentos dos pontos anteriores, no início de cada etapa.
- Ao final, fazer um balanço geral das atividades, registrando críticas e sugestões para as próximas atividades com o mesmo público ou com o próximo público envolvido.

6.4. Metodologia

A definição conceitual de patrimônio cultural engloba uma diversidade de elementos que caracterizam uma determinada sociedade, reunindo aspectos de suas tradições, *habitus* (BOURDIEU, 2003), estilos de vida ou *modus vivendi* (BOURDIEU, 1983b; AMARAL, 1992) e conhecimentos técnicos, que se encontram refletidos na sua cultura material e imaterial e na interligação entre estas e o meio em que estão inseridas.

Tal interligação tornar-se possível através do resgate de aspectos da identidade regional, onde se busca retratar as principais raízes culturais tanto históricas, quanto pré-históricas da área em questão, mediante as diversas formas de pesquisa, as quais caracterizam e definem os aspectos históricos e culturais locais a serem preservados, tanto no que se refere à cultura material quanto à imaterial.

Para tanto, cabe descrever o conceito do que venha a ser cultura e, posteriormente, esclarecer a conceito de cultura imaterial a ser utilizado.

De acordo com a Antropologia, o conceito de cultura é concebido por Edward Burnett Tylor em 1871, como sendo “o todo etnográfico e complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma dada sociedade” (1924).

Já em relação à cultura imaterial, o conceito mais adequado a ser utilizado refere-se ao difundido por Diegues, uma vez que “são padrões de comportamento transmitidos socialmente, modelos mentais usados para perceber, relatar e interpretar o mundo, símbolos e significados socialmente compartilhados, além de seus produtos materiais, próprios do modo de produção mercantil” (1994).

O conceito de *habitus* pode ser usado para explicar a maneira pela qual as classificações étnicas subjetivas são baseadas nas condições sociais, caracterizando domínios sociais particulares.

A etnicidade não é um reflexo passivo de similaridades e diferenças nas práticas culturais e condições estruturais nas quais os agentes são socializados. Também não é a etnicidade inteiramente constituída no processo de interação social por meio do qual as características culturais epifenomenais são manipuladas na busca por interesses econômicos e políticos. Antes, pode ser argumentado que a construção da identidade étnica é baseada nas disposições subliminares compartilhadas do *habitus* que formam e são formadas por um conjunto de práticas.

Um *habitus* compartilhado gera sentimentos de identificação entre pessoas particularmente dotadas. Aqueles sentimentos são conscientemente apropriados e dão forma por meio de recursos simbólicos existentes (BENTLEY, 1987).

Além disso, esses recursos simbólicos, tais como língua, cultura material, crença e assim por diante, não são arbitrários. As práticas culturais e crenças que se tornam concretizadas como símbolos de etnicidade

Área do Canteiro de Obras - UHE Itaocara I
Outubro de 2015

são derivadas das práticas habituais e ressonam com estas e também com as experiências pessoais, além de refletir as condições imediatas e os interesses que caracterizam situações particulares.

A forma que as expressões das diferenças culturais tomam é constituída pela interseção do *habitus* dos povos com as condições sociais, constituindo um contexto histórico particular. Essas condições incluem os modos predominantes de dominação e a relativa distribuição dos meios materiais e simbólicos necessários para a imposição dos regimes dominantes de categorização étnica. As categorias étnicas são baseadas em uma consciente reificação das práticas culturais transitórias, tendo lugar em diferentes contextos espaciais e temporais, e o grupo somente existe no contexto da interpretação que justifica e explica as práticas do passado e os modos de interação e informa o futuro. Em contraste, a práxis da etnicidade resulta em múltiplas realizações transitórias da diferença étnica em contextos particulares. Essas realizações práticas da etnicidade em muitos exemplos envolvem a produção e consumo de distintos estilos de cultura material. Mas elas são um produto da interseção de disposições perceptivas e práticas do povo envolvido e os interesses e oposições produzidos em um contexto social particular, em vez de categorias abstratas da diferença.

Através do *habitus*, o passado sobrevive no momento atual e tende a subsidiar nas ações futuras dos agentes sociais, num processo denominado de “interiorização da exterioridade e de exteriorização da interioridade” (BOURDIEU, 2003). O *habitus* é também reflexo da posição social ocupada pelo indivíduo, a partir dos seus símbolos, crenças, gostos, preferências que a caracterizam, de forma consciente ou não, tornando-se parte da natureza do próprio indivíduo, uma vez que é adquirido no momento histórico em que este vive.

Habitus é uma noção que auxilia no pensar as características de uma identidade social, de uma experiência biográfica, um sistema de orientação ora consciente ora inconsciente. *Habitus* como uma matriz cultural que predispõe os indivíduos a fazerem escolhas, que possibilita a pensar o processo de constituição das identidades sociais no mundo contemporâneo (SETTON, 2002).

Para Bourdieu (1983a), o *habitus* pode ser comparado à noção de cultura, já que esta é um conjunto de esquemas fundamentais precisamente assimilados, a partir dos quais se engendram uma infinidade de esquemas particulares, diretamente aplicados a situações particulares, sendo um princípio de correspondência entre práticas individuais e condições sociais de existência. Assim, o conceito de *habitus* tem como apoio a propriedade da inventividade e criatividade frente a novos condicionamentos impostos extrínseca e intrinsecamente.

Já estilo de vida ou *modus vivendi* é a forma pela qual uma pessoa ou um grupo de pessoas vivenciam o mundo e, em consequência, se comportam e fazem escolhas. O que define os elementos que compõem o conjunto simbólico a que se chama de estilo de vida é, basicamente, sua distância - dos elementos - em relação às necessidades básicas dos indivíduos ou grupos (BOURDIEU, 1983b).

Área do Canteiro de Obras - UHE Itaocara I
Outubro de 2015

As chamadas "necessidades básicas" são aquelas que determinam, minimamente, a sobrevivência dos homens enquanto seres vivos: comida, abrigo, etc. No entanto, se comer é uma necessidade, o modo como se come, a escolha que se faz entre os diferentes tipos de comida ou, ainda, o uso de talheres e a opção que se faz entre diferentes tipos e materiais destes são indicadores de valores que constituem estratégias de distinção no meio social, ou seja, valores culturais. Neste sentido, os elementos que preenchem os critérios de livre escolha, como os estéticos, artísticos, religiosos e outros, passam a ser significativos para a definição do estilo de vida de um dado grupo.

Para Bourdieu (1983b), as diferentes posições que os grupos ocupam no espaço social correspondem estilos de vida, sistemas de diferenciação que são a retradução simbólica de diferenças objetivamente inscritas nas condições de existência.

A práxis e a propriedade de bens (materiais e imateriais) constituem uma expressão reiterada das condições de existência (estilo de vida ou *modus vivendi*) porque são a própria expressão do mesmo fator prático operante, o *habitus*, e que é um sistema de disposições duráveis, porém flexíveis, que expressa, sob a forma de preferências recorrentes ou sistemáticas, as necessidades objetivas das quais ele é resultado. Assim, a correspondência que pode ser observada entre o espaço das posições sociais e o espaço dos estilos de vida é resultado do fato de que condições semelhantes produzem *habitus* substituíveis que engendram, por sua vez, segundo sua lógica específica, práticas infinitamente diversas e imprevisíveis em seu detalhe singular, mas sempre encerradas nos limites inerentes às condições objetivas das quais elas são o produto e às quais elas estão objetivamente adaptadas (BOURDIEU, 1983a: 83).

Com estes princípios, estipulou-se que o Programa de Educação Patrimonial mais adequado à fase atual do licenciamento ambiental deve ser organizado com a abertura de um Espaço de Exposições:

Programando para ocorrer subsequentemente ao Projeto de Salvamento Arqueológico dos sítios arqueológicos da área de implantação dos empreendimentos, em um espaço fixo de exposições, no qual se realizarão atividades com o público visitante, durante cerca de 2 semanas.

O público-alvo deste programa serão alunos, professores, gestores de instituições de educação, profissionais que atuam no campo da cultura e da ação comunitária e demais interessados no tema da preservação do patrimônio cultural do município de Aperibé-RJ.

Para atração do público ao espaço de exposições estão previstas ações de divulgação prévia junto aos moradores, escolas e instituições comunitárias e às secretarias de Cultura e Educação do Município de Aperibé.

Além disso, realizar-se-á uma campanha junto às escolas, organizações comunitárias, secretarias de educação cultura e coordenadoria regional de educação do estado para o agendamento de turmas para a

Área do Canteiro de Obras - UHE Itaocara I
Outubro de 2015

visitação; e uma campanha direta com professores, gestores de instituições de educação e profissionais que atuam no campo da cultura e da ação comunitária do Município de Aperibé para o agendamento de 2 palestras-oficinas durante o período de realização da exposição, para a formação de multiplicadores.

O Espaço de Exposições será composto por uma série de vitrines com réplicas de materiais arqueológicos, abrangendo a variedade de materiais geralmente pesquisados pela Arqueologia Brasileira; uma série de *banners* explicativos sobre as teorias de ocupação da América, sobre os diversos subcampos da Arqueologia, os procedimentos de campo e os resultados das escavações dos sítios da área do empreendimento; e caixas interativas de simulação de escavação.

Tanto para o público espontâneo quanto para o público agendado serão entregues ao final das visitas, cartilhas com uma síntese do conteúdo da exposição.

Os educadores responsáveis pela recepção do público espontâneo ou agendado farão sugestões dos trajetos possíveis de circulação pelo Espaço de Exposição, tentarão solucionar dúvidas ou indicar possíveis fontes de informação especializada e orientarão as atividades de simulação de escavação arqueológica.

As 2 palestras-oficina, para grupo composto por professores, gestores de instituições de educação e profissionais que atuam no campo da cultura e da ação comunitária, serão para cerca de 20 pessoas cada uma, com duração de 2 horas e serão promovidas no Espaço das Exposições, com o uso dos seguintes recursos:

- Exposição em Data Show;
- Visita guiada ao Espaço de Exposições;
- Distribuição de material didático para cada participante;
- Emissão de certificados (duração: 2 h).

O acompanhamento e avaliação das atividades será constituído por:

- Registro fotográfico e filmagem do processo de diálogo e transmissão dos conteúdos programados das atividades realizadas – recepção do público espontâneo, recepção do público geral e palestras.
- Exposição e avaliação conjunta de alguns destes registros durante as atividades intensivas realizadas com profissionais e voluntários interessados no debate sobre o patrimônio cultural.
- Avaliação geral das metas e objetivos estabelecidos e os resultados alcançados com a produção de um relatório final.

Os produtos finais serão:

Área do Canteiro de Obras - UHE Itaocara I
 Outubro de 2015

- Avaliação do nível de interesse por parte da população participante das atividades na valorização e apropriação do patrimônio arqueológico encontrado no Município de Aperibé-RJ.
- Relatório final com apreciação sobre o cumprimento dos objetivos estabelecidos, dificuldades, equívocos, resistências e o resultado, com os depoimentos dos participantes, das demandas e dos interesses.

A listagem das escolas que serão convidadas a participar das atividades segue abaixo:

NOME	ENDEREÇO	TELEFONE	MUNICIPIO
COLÉGIO ESTADUAL LOURENÇA GUIMARAES	Rua. José Gonçalves Brandão, 247 – Centro	(22) 3864-0654	Aperibé-RJ
CIEP BRIZOLAO 419 BENIGNO BAIRRAL	Rua Francisco Henrique de Souza, 255 – Palmeira	(24) 3864-1579	Aperibé-RJ
CENTRO EDUCACIONAL DE APERIBÉ	Rua Nelsom Homem, 447 – Centro	(22) 3864-1540	Aperibé-RJ
COLÉGIO OLIVEIROS PEREIRA DA SILVA	R. Aníbal Cortês, 46 – Centro	-----	Aperibé-RJ
E.M. ANTONIO SOUZA CUNHA	Rod. Pres. Joao Goulart – Pte. Seca	-----	Aperibé-RJ
E.M. VER FRANCISCO DE SOUZA	Porto das Barcas	-----	Aperibé-RJ
E.E. ROMULO SARDINHA	Fazenda Boa Vista, s/n – Porto das Barcas	-----	Aperibé-RJ
E.M. PROF^a MARIA RETTO REZENDE	R. Pedro Simão – Zona Rural	(22) 9965-4597	Aperibé-RJ
CENTRO DE EDUC INF PROF LEONOR VILLELA REBELO	R. Júlio Pereira, 160 – Centro	-----	Aperibé-RJ

7. Referências

- ARAÚJO, Astoufo Gomes de Melo. **Teoria e Método em Arqueologia Regional: um estudo de caso no alto Paranapanema, Estado de São Paulo**. Tese de Doutorado – USP, São Paulo, 2001.
- BENTLEY, G.C. **Ethnicity and practice: Comparative Studies in Society and History**. 29 ed. 1987.
- BOAS, F. **Antropologia Cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 4ª edição. 2007.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2003.
- BOURDIEU, P. **A Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo: Ed. Perspectiva. 1987.
- BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero. 1983a.
- BOURDIEU, P. *Gostos de classe e estilos de vida*. In: ORTIZ, R. (org.). **BOURDIEU, Coleção Grandes Cientistas Sociais**. São Paulo: Editora Ática. 1983b.
- DIEGUES, A.C. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. São Paulo: Annablume/HUCITEC/NUPAUB-USP. 1994.
- HARRIS, E. C. **Princípios de Estratigrafia Arqueológica**. Crítica, Barcelona, 1991.
- IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico**. Disponível em: www.iphan.gov.br. Acesso em: 5 de maio de 2011.
- JORGE, V.O. **Arqueologia, Patrimônio e Cultura**. Lisboa: Instituto Piaget. 2ª edição. 2007.
- KRAKKER, J.J., SHOTT, M.J. e WELCH, P.D. **Design and evaluation of shovel – test sampling in regional archaeological survey**. *Journal of Field Archaeology* 10:469 – 480, 1983.
- MORAIS, J.L. **Reflexões acerca da arqueologia preventiva**. In: MORI, V.H. et al (Org). *Patrimônio: atualizando o debate*. 9ºSR/ IPHAN, São Paulo, 2006.
- SETTON, M.G.J. 2002. **A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea**. *Revista Brasileira de Educação*, 20: 60-70.
- TYLOR, E.B. **Primitive Culture**. New York: Brentano's. 2 vols. 7ª ed. [orig. 1871] 1924.
- PLOG, S. et al. **Decision Making in Modern Surveys**. *Advances in Archaeological Method e Theory* 1: 383-421, 1978.

Área do Canteiro de Obras - UHE Itacara I
 Outubro de 2015

8. Cronograma de Execução

ITEM	SERVIÇOS	Qtd. Meses	Mês de Início	Mês de Término	MESES					
					1	2	3	4	5	6
1	SALVAMENTO ARQUEOLÓGICO	3	1	3						
2	CURADORIA E LABORATÓRIO	3	2	4						
3	ELABORAÇÃO DE RELATÓRIO DO SALVAMENTO ARQUEOLÓGICO	2	3	4						
4	ELABORAÇÃO DO MATERIAL DIDÁTICO	2	2	3						
5	CONFECCÃO DO MATERIAL EXPOSITIVO	2	2	3						
6	FUNCIONAMENTO DA EXPOSIÇÃO	1	4	4						
7	ELABORAÇÃO DE RELATÓRIO DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL	1	5	5						
8	ELABORAÇÃO DE RELATÓRIO FINAL	1	5	5						
9	ENTREGA DO MATERIAL ARQUEOLÓGICO E RELATÓRIO FINAL À INSTITUIÇÃO DE SALVAGUARDA DEFINITIVA	1	6	6						
10	PROTOCOLO DE RELATÓRIO FINAL	1	6	6						

Área do Canteiro de Obras - UHE Itaocara I
 Outubro de 2015

9. Equipe Técnica

NOME	FUNÇÃO	FORMAÇÃO
Filipe André do Nascimento Coelho	Coordenação Geral (Responsável Técnico pelo Programa)	Historiador e Arqueólogo Bacharel em História, Mestre em Arqueologia e Doutorando em Arqueologia
Klismann Timm Branco	Coordenador de campo de Resgate Arqueológico	Arqueóloga Bacharel em Arqueologia
André Bueno Coutinho	Arqueólogo	Arqueólogo Bacharel em Arqueologia
Bruno Perrone da Rocha	Coordenador de Curadoria e Educação Patrimonial	Historiador Bacharel e Licenciado em História (com monografia com tema de Arqueologia)
Verônica Pimentel da Silva	Coordenadora do Levantamento Planaltimétrico e Elaboração de Plantas	Arquiteta Bacharel em Arquitetura e Urbanismo
Marcos Henrique Inácio	Educador Patrimonial	Historiador Bacharel e Licenciado em História
Alex Teles dos Santos Silva	Técnico em Arqueologia	Graduando em Arqueologia
Adriana dos Santos Guimarães	Técnico em Arqueologia	Graduanda em Arqueologia
Bruna Oliveira Vasconcelos	Técnico em Arqueologia	Graduanda em Arqueologia
Hiago Marcos Siqueira de Oliveira	Técnico em Arqueologia	Graduanda em Arqueologia

ANEXO 1

Plantas dos Sítios Arqueológicos com a Projeção das respectivas Malhas Alfanuméricas e AIC`s

ANEXO 2

Carta de Endosso Financeiro Original

ANEXO 3

Carta de Endosso Institucional Original

ANEXO 4

Declarações, Currículos e Comprovantes da Equipe de Técnica